



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA – DGP



CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – BAP/EAD

MARIA DE LOURDES MARTINS DE ALCÂNTARA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ENSINO: UMA
APLICAÇÃO NA ESCOLA EMEF JOÃO ALVES DE CARVALHO-PB

JOÃO PESSOA-PB

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA – DGP
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - BAP

MARIA DE LOURDES MARTINS DE ALCÂNTARA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE
ENSINO: UMA APLICAÇÃO NA ESCOLA EMEF JOÃO ALVES DE
CARVALHO-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de Artigo científico apresentado ao Curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de graduado em Administração Pública.

Orientador(a): Profa. Dra. Carla Calixto da Silva

JOÃO PESSOA –PB
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPB - Biblioteca Setorial do CCSA

A347e Alcantara, Maria de Lourdes Martins de.

Educação financeira como política de ensino: uma aplicação na Escola João Alves de Carvalho-PB / Maria de Lourdes Martins de Alcantara. - João Pessoa, 2023. 48 f. : il.

Orientação: Carla Calixto da Silva.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Educação financeira. 2. Ensino básico. 3. Planejamento financeiro. 4. Caiçara-PB. I. Silva, Carla Calixto da. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 35

Elaborado por ANDRE DOMINGOS DA SILVA FERNANDES - CRB-
15/00730

MARIA DE LOURDES MARTINS DE ALCÂNTARA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ENSINO: UMA
APLICAÇÃO NA ESCOLA JOÃO ALVES DE CARVALHO-PB**

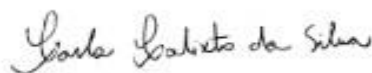
Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Curso de Administração Pública da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de graduado, sob a avaliação da seguinte banca examinadora:



Profa. Msc. Tatiane Tenório da Gama Leite de Freitas
Examinadora - Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Profa. Dra. Allyne de Almeida Ferreira
Examinadora - Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Profa. Dra. Carla Calixto da Silva
Orientadora – Universidade Federal da Paraíba - UFPB

João Pessoa, 05 de Junho de 2023.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia. Ao meu pai, minha mãe e meus irmãos. Aos meus colegas de curso, que assim como eu, encerram uma difícil etapa da vida acadêmica. A minha orientadora, que conduziu esse trabalho com paciência e dedicação, sempre disponível a compartilhar todo o seu vasto conhecimento. Dedico também a todos os professores que me acompanharam durante a graduação.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste curso. Aos meus pais e irmãos, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Aos meus amigos, em especial meus colegas do curso, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho.

Aos professores, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado. A UFPB, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior.

A minha orientadora Carla Calixto, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos, agradeço sua confiança, dedicação inabalável, seus conselhos e seus incentivos de sempre, você nunca perdeu a confiança no meu trabalho e sabia o que fazer para me impedir de escorregar durante os momentos mais desafiadores.

As Professoras da banca, a Profa. Tatiane Tenório e a Profa. Allyne Ferreira, pelas valiosas contribuições ao trabalho.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ENSINO: UMA APLICAÇÃO NA ESCOLA EMEF JOÃO ALVES DE CARVALHO-PB

Resumo: O presente trabalho visa apresentar a importância da educação financeira como política pública na Escola EMEF João Alves de Carvalho na cidade de Caiçara-PB. Especificadamente, pretendeu-se: a) Caracterizar as condições socioeconômicas dos docentes, discentes e gestores da escola; b) apresentar as estratégias utilizadas na referida escola para a disseminação da educação financeira no ensino básico; e, c) identificar o grau de conhecimento, endividamento e comportamento dos indivíduos da escola EMEF João Alves de Carvalho. Para tanto, foi realizado uma pesquisa de natureza quati-qualitativa com a utilização de revisão bibliográfica sobre os conceitos teóricos da educação financeira, o ENEF como política pública e as iniciativas nacionais para mobilizar estratégias das finanças no Brasil. Na metodologia da pesquisa, utilizou-se questionários que foram aplicados de forma online, através do *google forms*, obtendo assim, respostas de 32 alunos, 8 professores e 1 gestor. Os resultados mostram que o nível de educação financeira dos alunos é insuficiente, os professores e a direção não utilizam estratégias relacionadas ao tema. Mostrando ser perceptível pelos alunos que a escola não possui nenhuma iniciativa ou projeto em relação a educação sobre finanças. Neste caso, constata-se que, tanto os alunos quanto os professores, não possuem contato sobre a educação financeira. Assim, sugere-se como sendo importantíssimo e urgente a inserção de políticas educacionais de educação financeira no município de Caiçara-PB. Ressalta-se, que tais políticas são necessárias para garantir uma educação de qualidade, onde deve ser aplicada diretamente ao corpo docente, discente e a toda comunidade escolar de maneira em que todos possam ser beneficiados.

Palavras-chave: Educação Financeira, Ensino Básico, Planejamento Financeiro, Caiçara –PB.

Abstract: The present work aims to present the importance of financial education as a public policy at the EMEF João Alves de Carvalho School in the city of Caiçara-PB. Specifically, it was intended to: a) Characterize the socioeconomic conditions of teachers, students and school administrators; b) present the strategies used in that school for the dissemination of financial education in basic education; and, c) identify the degree of knowledge, indebtedness and behavior of individuals from the EMEF João Alves de Carvalho school. Therefore, a quati-qualitative research was carried out using a bibliographical review on the theoretical concepts of financial education, ENEF as a public policy and national initiatives to mobilize finance strategies in Brazil. In the research methodology, we used questionnaires that were applied online, through google forms, thus obtaining responses from 32 students, 8 teachers and 1 manager. The results show that the level of financial education of students is insufficient, teachers and management do not use strategies related to the topic. Showing to be perceptible by the students that the school does not have any initiative or project regarding finance education. In this case, it appears that both students and teachers do not have contact with financial education. Thus, it is suggested that the insertion of educational policies of financial education in the city of Caiçara-PB is extremely important and urgent. It should be noted that such policies are necessary to guarantee quality education, which must be applied directly to the faculty, students and the entire school community in a way that everyone can benefit.

Keywords: Financial Education, Basic Education, Financial Planning, Caiçara –PB.

LISTAS DE TABELAS

Perfil Alunos

Tabela 1: Perfil sócio econômico.....	24
Tabela 2: Percepção financeira.....	26
Tabela 3: Finanças Pessoais.....	28

Perfil Professor/Gestor

Tabela 1: Perfil sócio econômico.....	29
Tabela 2: Experiência profissional.....	31
Tabela 3: Questionário ao setor de planejamento pedagógico.....	32
Tabela 4: Ações e estratégias nas disciplinas de educação financeira.....	34

LISTAS DE SIGLAS

EMEF- Escola Municipal de Ensino Fundamental

PEIC – Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

MEC – Ministério da Educação

ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

PBA – Programa Brasil Alfabetizado

CONEF – Comitê Nacional de Educação Financeira

DICEI – Diretoria de Currículos e de Educação Integral

SEB – Secretaria de Educação Básica

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

EF – Educação Financeira.

PISA- Programa Internacional de Avaliação dos Alunos

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

BM- Banco Mundial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 Educação financeira: aspectos teóricos.....	12
2.2 ENEF como política pública para a educação financeira.....	14
2.3 Iniciativas nacionais para mobilizar estratégias de educação financeira no Brasil.....	15
2.4 Estudos de casos: uma revisão da literatura.....	18
3. METODOLOGIA.....	21
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	22
4.1 Análise do Perfil dos alunos em relação aos aspectos socioeconômicos, a percepção sobre educação financeira na escola e a percepção sobre finanças pessoais.....	22
4.2 Análise do perfil dos professores e gestor em relação aos aspectos socioeconômicos e a percepção da educação financeira como política educacional e sua.....	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36
ANEXO	40
APÊNDICE 1.....	43
APÊNDICE 2.....	53

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ENSINO: UMA APLICAÇÃO NA ESCOLA EMEF JOÃO ALVES DE CARVALHO-PB

1. INTRODUÇÃO

A educação financeira, nos dias atuais, tem sido cada vez mais necessário e importante para o desenvolvimento de agentes econômicos financeiramente capazes de administrar e ter responsabilidade financeira individual. Neste sentido, em razão das diversas oscilações, as mudanças dos governos e com o aumento dos preços contínuos na economia, entende-se que o conhecimento financeiro surge como uma necessidade do cidadão para poder administrar suas finanças profissionais e pessoais.

Segundo a pesquisa de Endividamento e Inadimplência do consumidor (PEIC), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), foi constatado que nos últimos anos o endividamento vem crescendo, no ano de 2020 66,3%, em 2021 67,5%, o endividamento no Brasil atingiu a maior proporção da série histórica (CNC, 2021), é de conhecimento geral que esse cenário ocorre pela falta de entendimento da educação financeira, e outro motivo importante que gerou o crescimento do endividamento, foi a pandemia, algo que abalou o mundo de forma bem negativa, resultando não só em endividamento, bem como, em problemas de saúde como a depressão e ansiedade, problemas no trabalho em relação a redução da produtividade e problemas na família gerando conflitos.

A discussão da importância da educação financeira é citada em diversos estudos anteriores, porém não é atual, pois o Ministério da Educação (MEC) junto com a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), aderiu ao decreto presidencial 7.397/2010 que teve como objetivo promover a educação financeira e previdenciária, aumentar a capacidade do cidadão na realização de suas escolhas, com o intuito de torná-las escolhas conscientes. Em síntese, o decreto 7.397 foi assinado dia 22 de Dezembro de 2010, cuja ementa foi a ENEF, e teve como chefe de governo Luiz Inácio Lula da Silva. O MEC é um órgão do governo federal do Brasil encarregado do estudo e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar, já a ENEF é uma política pública que tem como finalidade promover a educação financeira e previdenciária da população.

Verifica-se que durante a infância e a adolescência, existem importantes “janelas de oportunidade” de desenvolvimento quando os jovens são tipicamente, e mais prontamente capazes, de aprender uma habilidade ou comportamento financeiro particular. E a aquisição desses fundamentos ou “blocos de construção” pode, então, levar os jovens a um caminho para

o desenvolvimento auto reforçado da confiança financeira, habilidades e gerenciamento de dinheiro bem-sucedido (FLEC, 2016).

Pode-se afirmar que as crianças e jovens tendem a ser mais receptíveis à aprendizagem quando comparados com aprendizes em idade superior, crianças e jovens têm sido o público alvo da publicidade e do marketing com frequência, sendo introduzidos na cultura de consumo cada vez mais cedo, o que impacta as despesas familiares. Outrossim, esses hábitos de consumo adquiridos na infância e juventude refletem tomadas de decisões financeiras e consequências na vida adulta, impactando na continuidade dos estudos; endividamento e dificuldade de enfrentar desafios financeiros (MUNDY, 2008).

Apesar do tema ser relativamente recente nas escolas, estudos dessa natureza vem sendo cada vez mais disseminados na literatura, por exemplo, Silva e Pereira *et al*, (2015); Franzoni, (2018), Coelho, (2019), Villela (2019), Romero (2019)]. Para Brito (2012, p.11), uma das variáveis que estimula a necessidade de educação financeira é o superendividamento ou endividamento. O endividamento ocorre quando uma pessoa acumula dívidas que não consegue pagar, isso pode levar a uma série de problemas financeiros, como altas taxas de juros, atrasos nos pagamentos, ações judiciais e até mesmo a perda de bens pessoais para saldar dívidas. A educação financeira é essencial para que as pessoas possam administrar suas dívidas de forma mais eficaz, evitar o endividamento excessivo e proteger seu patrimônio financeiro. Além disso, a educação financeira também pode ensinar como poupar, investir e planejar para atingir metas financeiras de longo prazo. Na Paraíba, verifica-se a existência de poucos trabalhos que retratam o cenário da educação financeira nas escolas: Destaca-se os trabalhos de Silva (2019). Ademais, constata-se que não existe nenhuma pesquisa sobre a temática na Cidade de Caiçara na Paraíba, sendo este o primeiro estudo na área.

Dentro desse contexto, a presente pesquisa busca responder o seguinte questionamento: Como a inserção de disciplinas relacionadas a educação financeira nas escolas podem ajudar a evitar o endividamento e influenciar o comportamento financeiro das pessoas? Parte-se da hipótese de que trabalhar com a educação financeira na área educacional, implementado desde a educação básica, proporciona a população o exercício da cidadania e da educação financeira, promovendo mudanças comportamentais nas famílias brasileiras.

Deste modo, a presente pesquisa busca apresentar a importância da educação financeira como política pública na Escola EMEF João Alves de Carvalho na cidade de Caiçara-PB. Especificadamente, pretende-se: a) Caracterizar as condições socioeconômicas dos docentes, discentes e gestores da escola; b) apresentar as estratégias utilizadas na referida escola para a disseminação da educação financeira no ensino básico; e, c) identificar o grau de conhecimento,

endividamento e comportamento dos indivíduos em educação financeira na escola EMEF João Alves de Carvalho.

A maior contribuição desse estudo é trazer para a comunidade acadêmica o conhecimento financeiro que os jovens de idades entre 11 a 16 anos possuem, analisar como a política pública de inserção a educação financeira tem sido realizada e a necessidade da abordagem e inclusão de assuntos financeiros pessoais durante o ensino básico escolar da cidade de Caiçara na Paraíba, tendo em vista que esses jovens, em breve, serão adultos e, portanto, suas primeiras decisões financeiras, conseqüentemente, irão impactar sobre suas vidas, de suas famílias e em todo cenário do país.

Para alcançar os objetivos do trabalho, este artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção consta a fundamentação teórica sobre educação financeira e suas diretrizes enquanto política pública, em seguida é apresentado o método de pesquisa e suas aplicações. Logo após, é realizada a apresentação e discussão dos resultados encontrados, por fim apresenta-se as considerações finais das pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica da pesquisa está organizada em três partes, que inicialmente, abordam os aspectos teóricos sobre a educação financeira como política pública educacional. Em seguida, discute-se sobre as iniciativas nacionais para mobilizar estratégias de educação financeira no Brasil, e, por fim, aborda-se sobre os estudos de casos encontrados na literatura.

2.1 Educação financeira: aspectos teóricos

A educação financeira se distingue em diversos pontos, entre eles está. Conhecer seu orçamento – Saiba quanto você ganha e gasta por mês. Estabelecimento de metas financeiras - Estabeleça metas claras para suas finanças, como economizar para uma viagem ou investir em uma casa. Priorize os gastos – separe os gastos necessários dos gastos excessivos e priorize o pagamento de dívidas e a poupança. Economize dinheiro – Aprenda a economizar dinheiro, seja por meio de um plano de aposentadoria, fundo de emergência ou investimentos. Controle o endividamento – evite o endividamento excessivo e administre bem as dívidas de cartão de crédito, empréstimo e financiamento. Invista em conhecimento – dedique tempo à educação financeira e estude assuntos relacionados a dinheiro, negócios e investimentos. E por fim tome

decisões conscientes - Avalie cuidadosamente as opções financeiras e aja com responsabilidade e sabedoria ao lidar com dinheiro.

A falta de educação financeira pode ter vários efeitos negativos no bem-estar individual e na economia como um todo. Alguns exemplos incluem: Endividamento Excessivo: Sem conhecimento adequado de finanças pessoais, muitas pessoas podem fazer empréstimos ou fazer compras a prazo sem compreender totalmente suas capacidades financeiras. Isso pode levar a dívidas excessivas e dificuldade para pagar as contas em dia. Falta de Controle Financeiro: A falta de planejamento financeiro pode levar a gastar mais do que ganhar, não ter reservas de emergência para um dia de chuva e não saber como investir ou guardar dinheiro. Isso pode levar a perdas financeiras, ansiedade e estresse. Dificuldade em alcançar objetivos de vida: A falta de educação financeira pode impedir as pessoas de alcançar objetivos de vida, como comprar uma casa, viajar, fazer aulas ou se aposentar. Essas metas podem parecer inatingíveis sem economias ou investimentos suficientes. Impacto na economia: quando muitas pessoas estão endividadas, financeiramente descontroladas ou sem um propósito claro na vida, isso afeta toda a economia. O consumo pode cair, as empresas podem ter dificuldades para vender seus produtos e serviços e os países podem enfrentar crises econômicas. Por outro lado, quando mais pessoas são educadas financeiramente, isso pode levar a uma economia mais forte com mais oportunidades para todos. As pessoas podem fazer melhores escolhas de gastos, economizar e investir e planejar suas finanças de longo prazo. Isso pode levar a uma maior prosperidade e estabilidade para eles e para o país como um todo.

Os estudos na literatura, em sua maioria, exploram a relação e a importância da educação financeira na economia, e nos últimos anos ela vem ganhando um destaque ainda maior, com uma quantidade crescente de estudos sobre a educação financeira no âmbito escolar. De acordo com Cordeiro *et al.* (2018, p4), a educação financeira pode ser definida como um processo de aprendizagem dos indivíduos quanto às finanças pessoais que passam a adquirir uma visão crítica sobre o uso do dinheiro. No entanto, Ferreira (2012) *apud* Domingos (2013, p.11/56), afirmam que tal conhecimento não é ter a garantia em relação a suas decisões e condutas, ou até mesmo mudança na condição financeira, não é um intuito para enriquecer, mais sim uma forma de conscientizar.

Segundo Silva (2019), a ausência de controle sobre as finanças é resultado da ausência de planejamento e informação devida, uma vez que saber elaborar e controlar orçamentos são fatores importantes para a saúde financeira pessoal e familiar. Ross *et al.* (2009) *apud* Brito *et al.* (2012), afirma que a educação financeira é importante para que o indivíduo possua informações coerentes e para que ele possa compreender a situação econômica, entendendo a

situação do país e do mundo, e compreendendo que as variações globais e nacionais da economia vão influenciar sua empresa, sua família e sua vida.

A Educação Financeira (EF) é um tema recente, atualmente constituem um amplo campo de investigação. Segundo Saraiva (2017), seus principais divulgadores são a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e Banco Mundial - BM, que reivindicam Educação Financeira como Ferramenta de Crescimento e estabilidade econômica. Portanto, pode-se argumentar que, para a OCDE, a Educação Financeira refere-se ao desenvolvimento da economia mundial, é um processo de aconselhamento consciente voltado para o desenvolvimento de habilidades que as pessoas estão mais conscientes dos riscos e oportunidades econômico. Saraiva (2017) mostra em sua pesquisa que da crise de 2008 A OCDE criou uma rede internacional de educação financeira para a integração experiências internacionais em educação econômica e em 2012, esta organização estabeleceu este tema em um programa internacional avaliação do aluno (PISA).

2.2 ENEF como política pública para a educação financeira

No entanto, não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Lynn (1980) define política pública como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Peters (1986) segue o mesmo sentido e conceitua política pública como a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Mead (1995) define política pública, como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. No entanto, a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: “*quem ganha o quê, por quê e que diferença faz*” (SOUZA, 2006, p. 384).

A discussão sobre educação ou sobre políticas educacionais na literatura, parte sempre do princípio de que sistemas de ensino público, isto é, organizados, controlados e financiados pelo Estado, são o padrão com o qual todos os outros tipos são contrastados. De acordo com estudos sociológicos nessa área, os Estados criaram sistemas de ensino de abrangência nacional e diferenciados em uma gama de instituições para (re)produzir técnicas culturais e possibilitar que os cidadãos participem do bem-estar econômico nacional (ARCHER, 1984, p.42).

A política educacional refere-se a todas as ações tomadas pelo Estado para proteger o direito da sociedade à educação. Estas se relacionam com decisões tomadas pelo governo em

relação a esquemas, projetos, financiamentos, exames, etc. A implementação de políticas públicas de educação está intimamente ligada ao desenvolvimento social. Assim, seus objetivos enfatizam a erradicação do analfabetismo, educação universal, aquisição de tecnologia e especialização, etc. O Brasil implementa diversas políticas educacionais em nível municipal, estadual ou federal. Entre eles, destaca-se: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Programa Brasil Alfabetizado (PBA), e entre outros (BRASIL, 2021).

No Brasil, temas como orçamento doméstico, poupança, aposentadoria, seguros e financiamentos passam a fazer parte do ambiente escolar, a partir de 2010 através da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), a Educação Financeira (EF) dentro do contexto escolar. O Governo, em conjunto com o Ministério da Educação e com representantes da iniciativa privada e pública, elencou um conjunto de procedimentos, focados na contextualização do ensino.

A ENEF foi instituída por decreto e implementada por instituições públicas e privadas do mercado financeiro. Eles desenvolvem diversas atividades de aprendizagem que visam educar, informar e orientar indivíduos e sociedades sobre produtos, serviços e conceitos econômicos e incentivar seus assim chamados. Cultivar valores definidos e atitudes adequadas ao consumo sustentável e consciente. Embora as atividades sejam dirigidas a diferentes públicos-alvo, é dada especial atenção à educação de crianças e jovens em idade escolar, porque os seus objetivos são maioritariamente considerados alcançáveis a longo prazo de forma que os alunos desenvolvam competências para sua inserção na vida adulta, mediante a multidisciplinaridade, o incentivo ao raciocínio e a capacidade de aprender (VARGAS, 2012, p. 387).

2.3 Iniciativas nacionais para mobilizar estratégias de educação financeira no Brasil

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prevê a inclusão da educação financeira entre os temas transversais a serem trabalhados ao longo da educação básica (Ensino Fundamental e Médio), com o objetivo de formar cidadãos críticos e conscientes em relação aos aspectos econômicos da sociedade. De acordo com a BNCC, a educação financeira deve ser abordada de forma interdisciplinar, envolvendo conhecimentos de matemática, ciências sociais, história, geografia, entre outras áreas. Além disso, a educação financeira deve se

relacionar com a realidade dos estudantes, estimulando a reflexão crítica sobre questões como consumo consciente, planejamento financeiro, investimentos e sustentabilidade econômica.

Entre as competências a serem desenvolvidas na área de educação financeira, estão: Compreender e utilizar conceitos e ferramentas financeiras básicas, como juros, inflação, orçamento, investimento e crédito. Refletir sobre as diferentes formas de consumo e suas implicações sociais, econômicas e ambientais. Analisar e comparar produtos e serviços financeiros, avaliando custos, benefícios e riscos. Desenvolver habilidades para gerir suas finanças pessoais de forma consciente e responsável, visando ao bem-estar social e ambiental. Compreender a importância da sustentabilidade econômica para a sociedade e o meio ambiente.

No Brasil, a educação financeira vem conquistando espaço como política de Estado a partir da publicação do Decreto nº 7.397, de 22 dezembro de 2010, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef). Desde então, ações acerca da temática são compartilhadas, de forma integrada, por órgãos e entidades públicas e da sociedade, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Após a apresentação e aprovação da proposta para a criação da ENEF, foi constituído o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), criado para gerir e coordenar programas da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). O CONEF propôs que a educação financeira fosse disseminada em ações para escolas de nível fundamental e médio e também em ações para aposentados e mulheres beneficiárias de bolsa-família.

A implementação do CONEF no Brasil foi realizada por meio de diversas atividades e projetos, incluindo campanhas de informação e treinamento de professores. Não é uma disciplina ou um projeto em si, mas uma iniciativa voltada para a difusão da educação econômica no país. O CONEF procurou promover a educação econômica em todos os níveis de ensino, do jardim de infância ao ensino médio. No entanto, o foco principal foi nas escolas primárias e secundárias. A atividade do CONEF teve início em 2010, quando o Banco Central do Brasil criou o Comitê Nacional de Educação Econômica. Desde então, várias iniciativas foram tomadas para expandir a educação financeira no país, como a criação de um portal de educação financeira, a organização de eventos e campanhas informativas, a publicação de materiais e a capacitação de professores. A implantação de disciplinas de educação econômica nas escolas públicas tem sido gradual e segue em expansão por todo o país. Em algumas escolas, a educação financeira já está incluída nas disciplinas centrais, enquanto outras implementam projetos especiais para resolver esse problema.

O tema é educação econômica e faz parte da Política Nacional de Educação Financeira, A ENEF é uma política pública do governo federal que visa promover a educação financeira e a conscientização do consumo informado, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos

brasileiros. Suas atividades incluem a criação de materiais educativos, programas de treinamento para educadores e campanhas para disseminar os conceitos de educação financeira. Parte fundamental da ENEF é a Educação Financeira nas escolas, que visa instruir e formar cidadãos conscientes financeiramente. Trata-se de uma estratégia importante para ajudar as pessoas a enfrentar seus desafios do dia a dia e a realizar seus sonhos. Pessoas financeiramente educadas são mais independentes com relação às suas finanças, ficando menos suscetíveis a endividamentos descontrolados, evitando assim problemas de inadimplência que prejudicam não somente a própria qualidade de vida como a de outras pessoas, principalmente dos familiares (TOZETTO, 2015, p389). Cabe destacar que o Brasil é o único país cujo Ministério da Educação tem papel predominante na estratégia nacional de educação financeira, afirma Sueli Teixeira Mello, assessora da Diretoria de Currículos e Educação Integral (DICEI) da Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC).

Acredita-se que a principal hipótese é de que as pessoas têm pouco conhecimento de economia e existe uma correlação positiva entre esse conhecimento e indicadores de qualidade da educação. “Se a compreensão do mundo econômico requer um indivíduo que construa uma visão sistêmica do modelo econômico social em que está inserido, a não compreensão desses modelos pode agravar os problemas sociais já existentes e criar outros como o endividamento ou o superendividamento” (DENEGRÍ, 2007).

Neste aspecto, acredita-se que faz-se necessário que a educação financeira seja inserida em todo o ambiente econômico através de políticas públicas educacionais, e que estas possam mudar atitudes no comportamento dos indivíduos.

2.4 Estudos de casos: uma revisão da literatura

Entre os assuntos de destaque na literatura, constata-se que o nível de endividamento e a falta de educação financeira no ensino básico foram objeto de alguns estudos ao longo dos anos. As pesquisas realizadas, de forma geral, objetivaram demonstrar as contribuições recentes, o conhecimento financeiro, o grau de endividamento, suas causas e consequências na esfera pública.

Morin (2000) investigou a relação entre o ensino com a educação financeira e a pluralidade de possíveis caminhos. O método de pesquisa utilizado foi a pesquisa descritiva. O autor concluiu que a missão do ensino é transmitir não o mero saber, mas uma cultura que permita compreender nossa condição e nos ajudar a viver, e que favoreça ao mesmo tempo, um medo de pensar aberto e livre sobre educação financeira.

Braunstein e Welch (2002) por outro lado, buscou estudar sobre o comportamento dos indivíduos no que se refere às decisões financeiras, cujo objetivo geral foi apurar se os conhecimentos apreendidos de administração financeira pessoal fizeram com que o indivíduo se tornassem mais conscientes. Especificadamente, os autores buscaram investigar como a orientação de consumo se relaciona com a administração das finanças pessoais, abordando sobre o comportamento do consumidor e mostrando os benefícios das inovações para os consumidores. O método utilizado foi a pesquisa qualitativa/quantitativa descritiva. Os resultados obtidos apontam para dificuldades no gerenciamento das finanças pessoais, em parte causada pela falta de educação financeira.

Capella (2007) em seguida, apresenta uma breve reflexão sobre os modelos teóricos que auxiliam na compreensão do processo de formulação de políticas públicas, tendo como objetivo geral, apresentar ferramentas na análise de processos de formulação de políticas e de mudança na agenda governamental reservando grande destaque a dinâmica das ideias no processo político. A metodologia utilizada foi através de análise de estudos, coleta de dados e abordagem das ações através do método qualitativo/quantitativo. Os resultados obtidos foram que, o assunto em si ainda é pouco explorado pela população.

Nesta perspectiva, Brito (2012) por sua vez, realizou uma pesquisa a respeito da educação financeira, sua importância e seus fatores de implementação, seu objetivo geral foi refletir sobre a educação financeira como política pública no Brasil. O método utilizado foi uma pesquisa qualitativa de natureza teórica. Os resultados encontrados abordam a necessidade da educação financeira ser tratada como política pública, e que os projetos advindos das diretrizes previstas na legislação não são capazes de promover, por si só, mudanças direta no comportamento individual no que se refere aos cuidados com o orçamento familiar.

Silva (2018) em síntese apresenta um texto sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sobre sua reforma no ensino médio. O objetivo geral visou discutir e apresentar como as propostas da reforma, discutindo a finalidade da educação básica, e sobre a base nacional curricular e fomentar a importância da BNCC. Para tanto, foi utilizado o método de um discurso que envolve as etapas da educação básica de anos anteriores. Dentre as conclusões, o autor evidencia que a centralidade conferida a noção de competência no documento, recupera o discurso presente nos textos de políticas curriculares do final da década de 90 e reintroduz os limites já identificados em pesquisas anteriores, dentre eles, o de que tal abordagem mostrou-se limitada por seu caráter pragmático e histórico.

O estudo de Cunha (2020) demasiadamente teve o objetivo de descrever e analisar a implementação da ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira) no Brasil, destacando

dois aspectos de seu desenho institucional: o vínculo entre instituições públicas e do mercado financeiro em diversos países, para isso, o método utilizado foi o documental. A autora analisou documentos, legislação e publicação da ENEF e conclui que o conteúdo e a concepção de educação financeira abordadas pela ENEF apontam algumas possibilidades de entendimento de como as elites políticas e econômicas tem se articulado e como o indivíduo deve se adequar a esse plano social.

Vieira *et al*, (2021) recomendasse compreender como os livros do 6º ao 9º ano do ensino fundamental abordam o trabalho com EF a partir da análise das atividades. No estudo, foi utilizado o método de análise documental e o recorte dos ambientes de aprendizagem de Skovsmose (2014) como aporte teórico. Os principais resultados apontam que as atividades têm potencial para cenários para investigação, na referência à sem irrealidade. Encontraram, ainda, que os livros apresentam métodos diferentes entre eles. Os autores concluem que os livros propõem um trabalho interdisciplinar e transversal da temática.

Em suma, verifica-se que os estudos em educação financeira demonstraram o papel fundamental da educação financeira na vida dos indivíduos, possibilitando-os a adquirir segurança, independência e liberdade financeira. Depreende-se que a educação financeira vai além de poupar dinheiro, está atrelada ao seu uso consciente a fim de precaver o endividamento.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi caracterizada de forma quanti-qualitativa, onde foram utilizadas técnicas de coleta de dados, com a aplicação de questionários, onde procurou ser abordado o entendimento dos alunos sobre a educação financeira, e como lidam com suas finanças. Já em relação aos professores foi abordado sobre sua situação financeira, e se aplicam a educação financeira em seu material pedagógico. Para alcançar o objetivo do trabalho optou-se por realizar um estudo exploratório descritivo, foi utilizado como instrumento a política pública educacional. De acordo com Silva e Menezes (2000), a pesquisa descritiva-exploratória visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis do estudo.

A aplicação do questionário aconteceu de forma online, através do *Google Forms*, do dia 26 de abril a 7 de maio de 2023, na EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental) João Alves de Carvalho, na cidade de Caiçara na Paraíba. O município fica situada na Região Geográfica imediata de Guarabira, no estado da Paraíba. Sua população estimada em 2018,

segundo o IBGE, foi de 7.292 habitantes, distribuídos em 128 quilômetros quadrados de área (WIKIPÉDIA, 2023).

A amostra da pesquisa foi realizada com 32 (trinta e dois) alunos, com idades entre 11 a 16 anos, 08 (oito) professores, e com um (1) diretor da escola. Utilizou-se a técnica do questionário por ser o procedimento de colhimento de informações mais utilizado na investigação avaliativa. O questionário contém 52 (cinquenta e duas) questões para os alunos e 28 (vinte e oito) questões para docentes e diretor (em anexo). O questionário foi elaborado com base no trabalho de Ferreira (2020) e Fernandes (2022).

O questionário está dividido em 02 (duas) partes. A primeira parte aborda o perfil sócio econômico dos entrevistados. Na segunda parte o perfil do conhecimento sobre educação financeira, com perguntas focadas em analisar qual a forma que os alunos do ensino básico da escola EMEF João Alves de Carvalho, lidam com suas finanças, procurando identificar como eles tem adquirido renda, como eles administram essa renda, se os pais conversam sobre a importância do dinheiro e até chegar a educação financeira, dentro da pesquisa perguntamos se os alunos sabem o significado e a importância do tema, e qual a importância de estudar tal tema na escola. Para a tabulação, foi utilizado o *Microsoft Excel*.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi obtido respostas de 32 alunos e 9 professores/gestor, número de alunos sendo bem inferior a quantidade total, o fato da obtenção de poucas respostas ocorreu pela aplicação ter acontecido de forma online, a escola onde foi realizada a pesquisa foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental João Alves de Carvalho.

Houve uma excelente participação por parte da escola, quanto às pesquisas dos alunos, foram analisadas algumas contradições nas respostas dos alunos, o que poderemos comparar nas tabelas, e em relação as respostas dos professores e gestor, ficou claro a ausência da educação financeira na escola, algo que será discutido nas tabelas abaixo.

E também comprovamos a importância da disciplina Educação Financeira para alunos do ensino básico em Caiçara-PB. Os resultados da pesquisa foram segregados em dois tópicos. O primeiro apresentou o perfil dos alunos em relação aos aspectos socioeconômicos, sobre a percepção sobre educação financeira na escola e sobre a percepção acerca de finanças pessoais. A segunda parte teve como objetivo apresentar o perfil dos docentes e gestor sobre os aspectos educacionais e políticas educacionais utilizadas na escola EMEF João Alves de Carvalho no Município de Caiçara na Paraíba.

4.1 Análise do Perfil dos alunos em relação aos aspectos socioeconômicos, a percepção sobre educação financeira na escola e a percepção sobre finanças pessoais

De acordo com os dados da Tabela 1, pode-se constatar que os alunos estão em sua maior parte em idades entre 12 anos (9,43%), 13 anos (15,6%), 14 anos (28,1%) e 15 anos (9,4%), representando 62,44% da amostra. Sendo 50% do gênero masculino e 50% do gênero feminino. É importante destacar, que a escola tem turnos manhã, tarde e noite. E o questionário foi realizado de forma online e aleatório para toda a escola EMEF João Alves de Carvalho. Em relação ao nível de escolaridade, constata-se que 18,8% estudam no 6º ano, 25% no 7º e 8º, e 31,3% no 9º, respectivamente. Bem como, essa faixa etária está dentro do que é esperado no Brasil para alunos do ensino fundamental.

Tabela 1 – Perfil Sócio econômico da Amostra da Pesquisa dos alunos

Continuação

PERGUNTAS	RESPOSTAS	PORCENTAGEM
Idade	10 anos	3,11%
	11 anos	6,3%
	12 anos	9,43%
	13 anos	15,6%
	14 anos	28,1%
	15 anos	9,4%
	16 anos	3,1%
Gênero	Feminino	50%
	Masculino	50%
Em que séries estuda?	6º ano	18,8%
	7º ano	25%
	8º ano	25%
	9º ano	31,3%
Qual o tipo de escola você frequentou a maior parte de sua vida escolar?	Apenas em escola pública	50%
	Apenas em escola privada	6,3%
	Escola pública e privada, com maior parte em escola pública	28,1%
	Escola pública e privada, com maior parte em escola privada	15,6%
Quantas pessoas residem em sua casa?	1 pessoa	0%
	2 pessoas	6,3%
	3 pessoas	34,4%
	Mais de 4 pessoas	59,4%
Qual é a renda de sua família?	Menos de 1 salário mínimo	31,3%
	1 salário mínimo	28,1%
	2 salários mínimos	34,4%
	Ensino fundamental completo	12,5%

Qual é o grau de escolaridade de seu pai?		
	Ensino fundamental incompleto	25%
	Ensino médio	31,3%
	Ensino médio incompleto	15,6%
	Outros	15,6%
Qual é o grau de escolaridade da sua mãe?	Ensino fundamental	9,4%
	Ensino fundamental incompleto	25%
	Ensino médio	28,1%
	Ensino médio incompleto	9,4%
	Ensino superior	25%

Fonte: Dados da Pesquisa.(2023)

A maior parte dos alunos frequentaram durante sua vida escolar apenas em escola pública, com o percentual de 50% da amostra. E 28,1%, responderam frequentarem escolas públicas e privadas, com maior parte em escola pública. No quesito renda familiar, 31,3% responderam menos de 1 salário mínimo, 28,1% 1 salário mínimo e 34,4% 2 salários mínimos. Ressalta-se que valores acima de 2 salários mínimos não obtiveram nenhuma resposta. Refletindo deste modo, o baixo poder aquisitivo da população brasileira, o que não poderia ser diferente em Caiçara-PB.

No item quantas pessoas residem em sua casa, 59,4 % afirmaram que convivem com mais de 4 pessoas no mesmo domicílio. No nível de escolaridade dos seus pais os resultados demonstram que 31,3% possuem o ensino médio completo, 25% o fundamental incompleto e 15,6% o ensino médio incompleto e 15,6% marcaram outros. Em relação ao nível de escolaridade da mãe, constata-se 28,1% possuem o ensino médio, 25% o ensino fundamental incompleto, 25% o ensino superior. Esse dado destaca, que apesar do nível de renda ser considerando baixo no ambiente familiar, os pais (mãe e pai) conseguem ter um nível de escolaridade alta, principalmente a mãe. O que mostra uma realidade distinta e de poucos chefes de família no Brasil.

Caiçara é o 16º município mais populoso da pequena região de Guarabira, com 7,2 mil habitantes. O PIB da cidade é de cerca de R\$ 63,8 milhões de reais, sendo que 61,1% do valor adicionado advém da administração pública, na sequência aparecem as participações dos serviços (25,4%), da agropecuária (61,1%) e da indústria (5,1%). Com esta estrutura, o PIB per capita de Caiçara é de R\$ 8,9 mil, valor inferior à média do estado (R\$ 17,4 mil), da grande região de João Pessoa (R\$ 20,6 mil) e da pequena região de Guarabira (R\$ 11,4 mil).

Em relação a segunda parte do questionário, sobre a percepção acerca da educação financeira pelos alunos, constata-se na Tabela 2 a seguir, que a maioria dos pesquisados 68,8% responderam que é muito importante obter informações voltadas a educação financeira pessoal e 31,2% consideraram importante. Ressalta-se, que os itens pouco importante, indiferente e sem importância não foram marcados. Bem como, 100% da amostra considera importante aprender sobre educação financeira no ensino básico e médio. O que reflete a priori, a percepção positiva acerca da importância de obter informações sobre educação financeira e, principalmente nos anos base do ensino escolar.

Quando analisa-se a questão, do grau de conhecimento pessoal sobre o assunto, constata-se que 59,4% dos pesquisados responderam que possuem algum conhecimento sobre educação financeira, e 40,6% responderam que não possuem.

Tabela 2. Análise da Percepção financeira dos alunos sobre educação financeira

Continuação

PERGUNTAS	RESPOSTAS	PORCENTAGEM
Em sua opinião, obter informações voltadas à educação financeira pessoal é:	Muito importante	68,8%
	Importante	31,2%
	Outros	0%
Você possui algum conhecimento sobre educação financeira?	Sim	59,4%
	Não	40,6%
Você percebe alguma ação de educação financeira hoje na sociedade?	Sim	62,5%
	Não	37,5%
Você considera importante aprender sobre a educação financeira no ensino básico e médio?	Sim	100%
	Não	0%
Você considera relevante o ensino de educação financeira para a formação do cidadão?	Sim	96,9%
	Não	3,1%
Você já teve algum contato sobre educação financeira nas aulas?	Sim	40,6%
	Não	59,4%
A educação financeira ensinada na escola teria uma maior influência?	Sim	96,9%
	Não	3,1%
Você leva para a sua família (casa) os conhecimentos sobre educação financeira vistos em sala de aula?	Sim	59,4%
	Não	40,6%
Na sua escola existe alguma política educacional voltada a educação financeira?	Sim	34,4%
	Não	65,6%
Em qual (quais) disciplina (s) você aprende sobre educação financeira?	Matemática	40,6%
	História	15,6%
	Geografia	9,4%
	Empreendedorismo	25%

	Nenhuma	31,3%
	Outros	21,9%
Em sua opinião, quem deveria ser o responsável pela orientação financeira dos jovens?	Família	37,5%
	Escola	9,4%
	Escola e família	53,1%
Quais dos itens você teve conhecimento na escola?	Consumo planejado	18,8%
	Juros	18,8%
	Nunca tive esse tipo de conhecimento	40,6%
	Outros	9,4%
Com os seus conhecimentos adquiridos, você se sente capaz de tomar decisões sobre quais assuntos?	Consumo planejado	12,5%
	Juros	9,4%
	Poupança	9,4%
	Financiamento	6,3%
	Empreendedorismo	12,5%
	Nunca tive esse tipo de conhecimento	28,1%
	Outros	6,3%

Fonte: Dados da Pesquisa.(2023)

Quando foi perguntado se ‘ ‘ você percebe alguma ação de educação financeira hoje na sociedade’’, 62,5% responderam que sim e 37,5% responderam que não. Bem como, 96,9% consideram relevante o ensino de educação financeira para a formação do cidadão.

Sobre a percepção do ensino em educação financeira na escola, 40,6% já tiveram algum contato sobre educação financeira nas aulas e 59,4% relataram que não tiveram nenhum contato. Quando se analisa, se a educação financeira ensinada na escola teria uma maior influência nos seus conhecimentos, 96,9% acreditam que sim e 3,1% responderam que não. Em relação a percepção destes alunos sobre as políticas educacionais voltadas a educação financeira, 34,4% responderam que existe e 65,6% dos alunos acreditam que não existem tais políticas na escola EMEF João Alves de Carvalho. Em relação as disciplinas que são trabalhadas a educação financeira, 40,6% responderam matemática, 25% empreendedorismo, 15,6% história, 9,4% geografia e 31,3% afirmaram que nenhuma disciplina na escola trabalhava a questão da educação financeira.

O que por sua vez, sugere-se que apesar dos alunos apresentarem a percepção positiva acerca da importância e de terem algum contato com a educação financeira na escola, eles não conseguem identificar claramente as políticas educacionais voltadas a educação financeira trabalhadas em sala de aula. Bem como, os alunos não conseguem (31,7%) identificar em quais disciplinas os docentes trabalham os conceitos de educação financeira.

No quesito escola e ambiente familiar, percebe-se que 59,4% levam os conhecimentos adquiridos em sala de aula para o ambiente familiar e 40,6% não levam esses conhecimentos visto em sala de aula para casa. Já em relação a responsabilidade em termos de orientação aos jovens pela

educação financeira, 53,1% acham que deveria ser tanto das famílias quanto da escola, 37,5% apenas das famílias e 9,4% apenas da escola.

Quando se analisa a questão de quais itens de conhecimento sobre educação financeira os alunos tiveram em sala de aula, constata-se que 18,8% responderam “juros”, 18,8% “Consumo planejado”, 40,6% “nunca tiveram esse tipo de conhecimento” e 9,4% destacaram “outros conhecimentos”. É notável que os entrevistados nunca tiveram tal conhecimento, e não sabem identificar se tiveram alguma educação financeira.

Na Tabela 3 a seguir, busca-se apresentar a percepção dos alunos acerca de seus conhecimentos sobre suas finanças pessoais. A finalidade foi descrever seus gastos e ganhos, descobrir se ganham alguma renda, como gastam seu dinheiro e se poupam. De acordo com os dados, pode-se constatar que a maioria dos alunos (81,3%) responderam que não possuem atividade remunerada, enquanto 18,8% possuem. Em relação ao recebimento de mesada mais da metade 65,6% responderam que não recebem e 34,4% responderam que recebem. Resultados que refletem a situação de renda familiar do perfil socioeconômico dos entrevistados.

Tabela 3 – Análise da Percepção financeira dos alunos sobre suas Finanças Pessoais

Continuação

PERGUNTAS	RESPOSTAS	PORCENTAGEM
Você possui alguma atividade remunerada?	Sim	18,8%
	Não	81,3%
Você recebe mesada?	Sim	34,4%
	Não	65,6%
Você sabe o que é um planejamento financeiro?	Sim	59,4%
	Não	40,6%
Você costuma ler sobre finanças pessoais?	Às vezes	37,5%
	Raramente	18,8%
	Nunca	43,8%
Sobre finanças pessoais, você:	Já conversou sobre com familiares	25%
	Já pesquisou na internet.	25%
	Já assistiu a programa(s) de televisão	15,6%
	Nunca participou de nada.	34,4%
Seu conhecimento de finanças pode ser considerado:	Bom	12,5%
	Razoável	37,5%
	Baixo	25%

	Insuficiente	25%
Sobre os hábitos financeiros, qual dos itens você mais realiza:	Planeja	25%
	Investe	28,1%
	Gasta todo seu dinheiro	12,5%

Fonte: Dados da Pesquisa.(2023)

Já em relação sobre finanças pessoais, 50% dos pesquisados responderam que já pesquisou na internet e já conversou com familiares, e 34,4% responderam que nunca participaram de nada. No quesito conhecimento sobre planejamento financeiro, percebe-se que a maioria dos alunos 59,4% responderam que sabem o que é um planejamento financeiro, sendo que 40,6% não sabem. Quando perguntado se “seu conhecimento de finanças pode ser considerado”, 50% respondeu bom ou razoável e 50% baixo e insuficiente, sendo assim quase da metade dos alunos demonstram ter algum conhecimento em finanças. Sobre os hábitos financeiros a maioria 53,1% responderam que planejam e investem seu dinheiro e 12,5% que gastam todo o seu dinheiro.

Após a análise dos resultados apresentados, pode-se constatar que os estudantes possuem algum tipo de entendimento sobre educação financeira. Contudo, observa-se a falta de relação ou de percepção de como as políticas educacionais em educação financeira estão sendo trabalhadas em sala de aula. O que pode ser estimulado através de ações ou instrumentos educacionais mais eficientes que possam exercitar a capacidade críticas desses jovens sobre o assunto através de sugestões e ferramentas para se trabalhar a educação financeira na escola e no ambiente familiar.

4.2 Perfil dos Professores e Diretor escolar em relação as aspectos socioeconômicos e sua aplicabilidade no ambiente escolar

Na Tabela 4 a seguir, aborda-se o perfil socioeconômico relacionado ao gênero, idade, filhos, grau de escolaridade, renda e situação do respondente na estrutura familiar. Verifica-se que, 55,6% são do gênero masculino e 44,4% feminino. No item idade averiguou-se que 55,5% possuem entre 24 a 41 anos, e 44,4% possuem entre 42 a 47 anos.

Em relação a renda, observa-se que grande parte dos servidores possuem renda superior a 1 salário mínimo. Isto é, 44,4% possuem de 1 a 3 salários, 33,3% relataram que ganham entre 3 a 5 salários mínimos e 22,2% ganham de 5 a 10 salários mínimos.

Tabela 4 – Perfil Sócio econômico da Amostra da Pesquisa dos Professores e Diretor da escola

PERGUNTAS	RESPOSTAS	PORCENTAGEM
Gênero	Feminino	55,6%
	Masculino	44,4%
Idade	24-29 anos	11,1%
	30-35 anos	11,1%
	36-41 anos	33,3%
	42-47 anos	44,4%
Possui filhos?	Sim	88,9%
	Não	11,1%
Estado civil	Solteiro(a)	22,2%
	Casado(a)	55,6%
	Divorciado(a)	11,1%
	Outros	11,1%
Escolaridade	Especialização	88,9%
	Ensino superior completo	11,1%
Renda individual	1 a 3 salários mínimos	44,4%
	3 a 5 salários mínimos	33,3%
	5 a 10 salários mínimos	22,2%
Renda familiar	1 a 3 salários mínimos.	22,2%
	3 a 5 salários mínimos.	44,4%
	5 a 10 salários mínimos	33,3%
Situação do respondente na estrutura familiar:	Chefe de família,	44,4%
	Cônjuge	33,3%
	Independente	22,2%

Fonte: Dados da pesquisa.(2023)

No quesito filho, constata-se com os dados da pesquisa que 88,9% declararam que possuem filhos e 11,1% não possuem. No item que se refere ao estado civil, constata-se que 22,2% se declaram solteiros, enquanto 55,6% se dizem casados, 11,1% são considerados divorciados e 11,1% outros. No nível de escolaridade, a Tabela 4 demonstra que mais da metade dos entrevistados, total de 88,9% possuem especialização e 11,1% possuem apenas o ensino superior completo. Na análise da situação do respondente em termos da ocupação na estrutura familiar, constata-se que 44,4% são chefe de família, 33,3% são cônjuge e 22,2% se definem como independentes, independentes no sentido agir com autonomia, ter sua dependência financeira.

Na Tabela 5, apresenta-se os dados da pesquisa em relação ao perfil profissional dos professores e do diretor escolar. Consta-se que o conjunto de professores e o diretor possuem uma porcentagem importante, em relação ao seu tempo de trabalho. Os dados do tempo que exerce sua profissão apresentam um grupo em maioria, com o percentual de 55,6%, profissionais que exercem há mais de 10 anos, ambos exercem esse tempo de profissão. Observa-se que a grande maioria são efetivos em relação a sua contratação.

Tabela 5- Análise do Perfil Profissional dos Professores e Diretor escolar

PERGUNTAS	RESPOSTAS	PORCENTAGEM
Há quanto tempo exerce a profissão de professor/gestor escolar?	1 a 3 anos	33,3%
	6 a 10 anos	11,1%
	Mais de 10 anos	55,6%
Qual o tipo de escola que você lecionou/trabalhou a maior parte de sua vida profissional?	Apenas em escola pública.	66,7%
	Escola pública e privada, com maior parte em escola pública.	22,2%
	Escola pública e privada, com maior parte em escola privada.	11,1%
Modalidade de contratação:	Temporária (dt)	11,1%
	Efetivo	88,9%

Fonte: Dados da pesquisa.(2023)

Nota-se que a maior concentração 66,7% são de professores que trabalharam apenas em escola pública, onde a maioria são efetivos. Dos professores pesquisados, ambos possuem área de formação em mais de uma disciplina, sendo eles distribuídos nos três turnos. De acordo com a pesquisa, a escola possui conhecimentos sobre a base nacional comum curricular. Sendo que há mesma não possui nenhuma estratégia nacional de educação financeira implementada na escola. O que justifica a percepção negativa ou ausente dos alunos em relação a políticas educacionais em educação financeira na escola. Dados mostrados na tabela abaixo.

Na Tabela 6 a seguir, pode-se verificar a percepção dos professores e do diretor em relação ao planejamento pedagógico em educação financeira no ambiente escolar. Consta-se que no tocante as disciplinas ofertadas no curso, 77,8% afirmaram que a grade curricular da escola, oferta todas as disciplinas. Os entrevistados afirmam de forma positiva (100%) que a escola possui conhecimento sobre a base nacional comum curricular. Contudo, 66,7%

respondentes afirmaram que a escola não possui conhecimento sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

Percebe-se através da análise que a escola entende que o estudo sobre educação financeira é essencial, resultando 77,8% que responderam “muito importante” e 22,2% acham “importante”. É notável através da pesquisa que a escola não possui nenhum plano pedagógico sobre o assunto e não possui educação financeira inserida na grade de oferta das disciplinas, tendo assim percentual de 88,9%.

Tabela 6 - Análise da Percepção do Professor e do Diretor em relação ao planejamento pedagógico escolar em educação financeira

Continuação

PERGUNTAS	RESPOSTAS	PORCENTAGEM
A escola possui conhecimentos sobre a base nacional comum curricular?	Sim	100%
	Não	0%
A escola possui conhecimentos sobre a estratégia nacional de educação financeira (ENEF)?	Sim	33,3%
	Não	66,7%
A escola entende que os estudos relacionados à educação financeira são necessários para a formação de cidadãos sensatos e seguros sobre suas finanças?	Sim	77,85
	Não	22,2%
A escola entende que ela possui papel fundamental para a formação de uma sociedade consciente e crítica?	Sim	88,9%
	Não	11,1%
No texto introdutório relacionado a BNCC, é levado aos docentes, de forma clara e objetiva, a orientação de que sejam abordado de conceitos e conteúdos básicos relacionados a educação financeira, de forma paralela aos conteúdos já dados em sala de aula. diante disso, a escola possui um plano pedagógico para tratar sobre esses assuntos?	Sim	11,1%
	Não	88,9%
Considerando a possibilidade de inserir na matriz curricular do ensino básico uma disciplina específica de educação financeira (ligações para a vida, de como gerir seu próprio dinheiro). Você considera?	Muito importante	77,8%
	Importante	22,2%

Fonte: Dados da pesquisa.(2023)

Na Tabela 7 seguir, analisa-se a percepção das ações e estratégias de educação financeira no ambiente escolar. No quesito referente a ações voltadas a capacitação dos professores, constata-se que 66,7% não realizaram nenhum tipo de curso voltado a educação financeira e

33,3% já realizaram algum tipo de curso sobre educação financeira. Esse fato gera como consequência a percepção de como os professores se sentem sobre os conhecimentos relacionados a educação financeira, estando 33,3% pouco seguro, 11,1% nada seguro, 33,3% seguro e 22,2% muito seguro.

Tabela 7 – Análise da Percepção das ações e estratégias de educação financeira realizadas no ambiente escolar

Continuação

PERGUNTAS	RESPOSTAS	PORCENTAGEM
Você já realizou cursos voltados para educação financeira?	Sim	33,3%
	Não	66,7%
Que grau de importância você atribui para a educação financeira no ensino básico?	Muito importante	88,9%
	Média importância	11,1%
Como você se sente a respeito sobre seus conhecimentos relacionados a educação financeira?	Nada seguro	11,1%
	Pouco seguro	33,3%
	Seguro	33,3%
	Muito seguro	22,2%
Sua disciplina realiza aplicação da educação financeira como eixo transversal?	Sim	11,1%
	Não	88,9%

Fonte: Dados da pesquisa.(2023)

Quando se trata do grau de importância é nítido as repostas positivas. Um dos aspectos que pode-se destacar na pesquisa, é a falta de ter políticas pedagógicas específicas, bem especificadas, aulas e projetos bem claros para ensinar finanças em sala de aula no ensino básico. Bem como, a falta de inserção da Estratégia de Educação Financeira na referida escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a apresentar a importância da educação financeira como política pública na Escola EMEF João Alves de Carvalho na cidade de Caiçara-PB. Para atingir o objetivo pretendido foi utilizada uma abordagem quanti-qualitativa uma vez que foi realizada a interpretação dos resultados com valores numéricos e dados que permitiram compreender a complexidade e os detalhes das informações obtidas.

Nesse sentido, buscou-se aplicar um questionário relativo a educação financeira para analisar o estado da arte e as políticas públicas educacionais utilizadas no município, o que também demonstra que temos uma abordagem quantitativa.

No perfil sócio econômico da pesquisa podemos verificar que quanto ao gênero os percentuais são quase os mesmos. Cujas faixas dos entrevistados foram de 12 anos (alunos) a 47 anos (professores). Nas questões sobre finanças pessoais, os pesquisados (alunos) 81,3% não possuem atividade remunerada, e mais da metade 65,6% não recebem mesada. Nesse mesmo contexto, a pergunta para os alunos sobre seu conhecimento sobre finanças, as respostas foram 59% negativas, os entrevistados responderam que seus conhecimentos são baixos e insuficientes.

Ao final da pesquisa, pode-se concluir que é de extrema necessidade a educação financeira para os alunos do ensino básico de Caiçara-PB, mesmo a educação sendo um tema bastante abordado atualmente. Constata-se com os dados da pesquisa que os alunos da escola EMEF João Alves de Carvalho não possuem conhecimentos sobre o ensino da educação financeira e sobre finanças no ambiente escolar. De forma geral, os alunos apresentam uma percepção de conhecimentos sobre a temática, confirmam a importância e afirmam em sua maioria o papel da família e da escola no processo de aprendizagem. No entanto, a percepção em torno da aprendizagem de educação financeira no ambiente escolar é negativa ou pouco sentida entre os alunos da amostra. Assim, com todas as informações obtidas na pesquisa, percebe-se que os pais costumam ensinar sobre poupar seu dinheiro, e a gastar apenas com o necessário, visando sempre o futuro. Contudo, verifica-se a importância de ações mais específicas com políticas públicas educacionais inseridas nas disciplinas da matriz curricular na sala de aula. Bem como, constata-se a importância de uma ação estratégica de interação entre escola e ambiente familiar na abordagem sobre educação financeira.

O objetivo de incluir a educação financeira nas escolas é transformar os alunos, em adultos responsáveis, com sonhos e metas realizadas, e com menos dívidas e problemas financeiros.

As pesquisas mostram que os alunos do ensino básico da escola João Alves de Carvalho da cidade de Caiçara necessita de conhecimentos para gerir sua vida pessoal e profissional. Pessoas que são educadas financeiramente, são pessoas preparadas para realizar e alcançar seus objetivos, sonhos e metas, gerando assim um bom desenvolvimento para o país. Assim, a educação financeira tem muito a contribuir com o crescimento econômico, com o desenvolvimento social, a expansão da democracia, o meio ambiente.

De acordo com a pesquisa a escola possui conhecimentos básicos, sendo que há mesma não possui nenhuma estratégia nacional de educação financeira (ENEF). Bem como, não existe ações ou estratégias utilizadas no ensino de educação financeira na escola EMEF João Alves de Carvalho. A escola entende que o estudo sobre educação financeira é essencial, resultando um percentual positivo de 77,8%. Entretanto, a escola não possui nenhuma plano pedagógico sobre o assunto. Os alunos, professores e a direção escolar afirmam que é de suma importância o ensino deste tema na escola, os mesmo ainda afirmam que a escola não tem nenhuma iniciativa ou projeto a respeito da educação financeira. Na pesquisa foi analisado que, tanto os alunos quanto os professores e a direção, não tem nenhum contato sobre finanças nas aulas, eles afirmam que não há ação de educação financeira nas sociedade.

Portanto, pode-se sugerir uma parceria de políticas públicas entre o município, as escolas e a Universidade Federal da Paraíba, para que haja um treinamento pra os professores, direção e posteriormente a educação financeira venha a ser implantada nas escolas de Caiçara.

Como limitações deste estudo, verifica-se a necessidade da obtenção da coleta de dados com aplicação para uma amostra e público de entrevistados maior. Bem como, a aplicação ser realizada de forma presencial. No entanto a pesquisa apresentou informações relevantes para a literatura e para o município de Caiçara, descrevendo sobre o perfil socioeconômico e financeiro dos alunos e professores, sendo de grande relevância para a administração pública. Esta pesquisa fez confirmar que tanto os alunos quanto os professores necessitam de cursos de capacitação de educação financeira no município de Caiçara.

Nesta perspectiva, dada as limitações desse trabalho sugere-se para futuros estudos, a ampliação da amostra com a aplicação de mais questionários no município de Caiçara, quanto em outros municípios da paraíba, para que possa ser traçados o perfil da educação financeira em todos os municípios da paraíba.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Archer, M. (1984), **Social Origins of Educational Systems**. London: Sage .

A Educação Financeira nas Escolas - Brasil Escola. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-educacao-financeira-nas-escolas.htm#:~:text=A%20leitura%20de%20autores%20importantes>>. Acesso em: 25 de abril de 2023.

As contribuições de Edgar Morin para a educação. Disponível em: <<https://www.inteligenciadevida.com.br/pt/conteudo/as-contribuicoes-de-edgar-morin-para-a-educacao/#:~:text=No%20campo%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%2C%20especialmen>>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

AGUIAR, Márcia Angela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**.

ALMEIDA, R. M. DE; JR, M. A. K. **Sobre a organização e análise de pesquisas na educação matemática brasileira em educação financeira**. (1999-2015). Revista de Educação, Ciências e Matemática, v. 6, n. 3, 2016.

ARAUJO, M. T. M. DE et al. **Revisão sistemática da literatura: estudos sobre o pensamento complexo na educação / Systematic literature review: studies on complex thinking in education**. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 7, p. 47247–47259, 16 jul. 2020.

BASÍLIO, M. P. **Tempos Líquidos**. *Sociologias*, n. 23, p. 438–449, abr. 2010.

BERTOLDI, Séfora. **Educação financeira no Brasil : um estudo de caso com o 1o ano do Ensino Médio do Colégio Farroupilha de Porto Alegre**. www.lume.ufrgs.br, 2015.

BEZERRA NETA, A. **Um estudo sobre o conhecimento em finanças de estudantes da Paraíba com base na I Olimpíada Paraibana de Educação Financeira**. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12346?locale=pt_BR>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. **Diário Oficial** [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>.

BRASIL. Ministério da Educação, Políticas Públicas Educacionais. 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/politicas-publicas>

BRAUNSTEIN, S.; WELCH, C. *Financial Literacy: An Overview of Practice, Research, and Policy*. *Federal Reserve Bulletin*, 2002.

BRITO, A. K. A.; SILVA, F. I. C. DA; FRANÇA, N. M. DE. **Programas de intervenção nas escolas brasileiras: uma contribuição da escola para a educação em saúde**. *Saúde em Debate*, v. 36, p. 624–632, 1 dez. 2012.

BRITO, L. da S. et al. **A importância da educação financeira nos contextos acadêmico e profissional: um levantamento de dados com alunos universitários**. In: IX Simpósio de excelência em gestão e tecnologia, 2012.

DENEGRI, M.; TORO, G. M.; LÓPEZ, S. E. La comprensión del funcionamiento bancario en adolescentes chilenos: un estudio de psicología econômica. **Interdisciplinaria**, Buenos Aires, v. 2, n. 24, p. 137-159, ago./dez., 2007.

CAMPOS, M. B.; SILVA, A. M. DA. **Educação financeira escolar: o desenvolvimento de um produto educacional**. **Em Teia** | Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana, v. 6, n. 2, 28 dez. 2015.

CAMPOS, M. S.; MIOTO, R. C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. *SER Social*, n. 12, p. 165–190, 14 ago. 2009.

CAPELLA, A. Claudia. **Análise de políticas públicas: da técnica às ideias**. *Idéias*, v. 6, n. 2, p. 13, 21 jan. 2016.

CAPELLA, A. C.; BRASIL, F. **Perspectivas Teóricas e Metodológicas na Análise de Políticas Públicas: Abordagens Estadunidenses**. *Revista Política Hoje*, v. 27, n. 1, p. 6–24, 10 dez. 2018.

CARDOSO, B. DA S. **A importância da educação financeira no âmbito escolar**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 01, n. 12, p. 75–87, 5 dez. 2022.

CASAGRANDE, R. DE C.; MAINARDES, J. **O Campo Acadêmico da Educação Especial no Brasil. Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. e0132, 22 mar. 2021.

CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico**, 1988. <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e214130.pdf>BRASIL

Cordeiro, N. J. N., Costa, M. G. V., & Silva, M. N. da. (2018). **EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA PANORÂMICA. Ensino Da Matemática Em Debate**, 5(1),69–84. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/view/36841>

PROJETOS PRIORITÁRIOS CNC 2021. Disponível em: <https://cnc.portaldocomercio.org.br/projetos-prioritarios-cnc-2021>

CUNHA, M. P. **O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no brasil.** Campinas, 2020.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy.** Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984.

DOS, C. **município brasileiro do estado da Paraíba.** Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Cai%C3%A7ara_\(Para%C3%ADba\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cai%C3%A7ara_(Para%C3%ADba))>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

EDUCAÇÃO E PESQUISA, S.; PAULO. **Política pública educacional e sua dimensão internacional: abordagens teóricas Política educacional -Organismos internacionais - Neoinstitucionalismo -Externalização -Teoria do regime internacio- nal.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/ep/v36nnumerospecial/v36nnumerospeciala04.pdf>>. Acesso em: 21 de abril de 2023.

Educação financeira - Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35987-educacao-financieira>>. Enef-Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/enef>>.

EDUCAÇÃO NA MODERNIDADE LÍQUIDA: O DESAFIO EM EDUCAR - Brasil Escola. Disponível em: <<https://monografias.brasilescola.uol.com.br/educacao/educacao-na-modernidade-liquida-o-desafio-em-educar.htm>>. Acesso em: 03 de maio de 2023.

FAVERO, Altair Alberto e CENTENARO, Junior Bufon. **A dialética entre a normatização e a interpretação: a autoridade docente na modernidade líquida de Bauman.** *Rev. Educ. Questão* [online]. 2019, vol.57, n.52, e1583. Epub 13-Set-2019. ISSN 1981-1802.

FERREIRA F. V. D. S. - **FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UFPB** – Trabalho de Conclusão de Curso TCC/UFPB, 2020 – Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1736> - Acesso em 23 de Maio de 2023.

FERNANDES, A. O – **EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO: UM ESTUDO DE CASO DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM TAPEROÁ-PB**. Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Administração Pública da UFPB (TCC/UFPB), João Pessoa: 2022. file:///C:/Users/lices/Downloads/TCC_OSMANO_05_12.pdf ... Acesso em 25 de Maio de 2023.

FINANCIAL LITERACY AND EDUCATION COMMISSION (FLEC). **Promoting financial success in the United States: national strategy for financial literacy**: 2016 update. [S.l.]: FLEC, 2016.

FRANZONI, F.; MARTINS, S. N.; QUARTIERI, M. T. **A Educação Financeira Como Política Pública no Ensino Básico: Algumas Reflexões**. Rev. Educ., Cult. Soc., Sinop/MT/Brasil, v. 8, n. 2, p. 383-395, jul./dez. 2018.

GABRIEL, N. S. Rose. Morin, E. (2000). **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2a ed., São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2000.. Revista Construção Psicopedagógica, v. 28, n. 29, p. 97–97, 2020.

HURTADO, Antonio Paulo Guillen, e Carlos Cesar Garcia Freitas. “**A importância da educação financeira na educação de jovens e adultos**”. Revista de Educação Popular, vol. 19, nº 3, novembro de 2020, p. 56–76. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.14393/REP-2020-52731>.

LACERDA, L. I. S. **Estudo sobre finanças pessoais: educação financeira dos universitários de Campina Grande - PB**. 2016. 35f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980

Os Princípios do Conhecimento Pertinente - Morin, 2000 (Síntese). Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/eduardocostarj/os-principios-do-conhecimento-pertinente-morin-2000-sntese>>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

Os sete saberes necessários à educação do futuro (Edgar Morin). Disponível em: <<https://www.didatiquei.com.br/2022/01/resumo-os-sete-saberes-necessarios.html>>. Acesso em: 27 de abril de 2023.

MARTINAZZO, C. J. **O sentido do ato de educar em Edgar Morin**. **EDUCAÇÃO E FILOSOFIA**, v. 33, n. 67, 18 dez. 2019.

MEAD, L. M. “**Public Policy: Vision, Potential, Limits**”, Policy Currents, Fevereiro: 1-4. 1995

MENDONÇA, F. A. F. Stephany **Análise expositiva e crítica do livro “Os sete saberes necessários à educação do futuro”, de Edgard Morin**. Revista Educação Pública, v. 22, n. 3, 25 jan. 2022.

MENEZES, E. T. **Educação Básica** 2021.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/ag21global/>>. Acesso em: 29 de abril de 2023.
Início. Disponível em: <<https://www.caicara.pb.gov.br/>>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

MORIN, Edgar. **A educação para a cidadania do futuro**. 35. ed. **Artigo original**: Cadernos da fucamp, 2019. 97 p.

MUNDY, S. **Financial education programmes in school: Analysis of selected current programmes and literature draft – Recommendations for best practices**. OCDE Journal: General Papers, v. 3, 2008.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

REMUND, DL **Financial Literacy Explicated: O caso para uma definição mais clara em uma economia cada vez mais complexa**. Revista de Assuntos do Consumidor , v. 44, n. 2, pág. 276–295, jun. 2010.

RIBEIRO, M.; SILVA, D. **Educação em Revista|Belo Horizonte|v.34|e214130|2018 EDUR • Educação em Revista**. v. 34, p. 214130, 2018.

ROMERO, J. A. **Educação financeira como política pública**. UFPA 2019
SANTOS, T. et al. **O caráter técnico-pedagógico do apoio matricial: uma revisão bibliográfica exploratória**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 31, p. e310316, 24 set. 2021.

ROSS, S. A. et al. **Fundamentos de Administração Financeira**. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

SARAIVA, K. S. **Os sujeitos endividados e a Educação Financeira**. Educar em revista, Curitiba, n. 66, p. 157-173, out./dez.

SAVOIA, J. R. F., SAITO, A. T., & SANTANA, F. DE A. (2007). **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. *Revista De Administração Pública*, 41(6), 1121 a 1141.
Como são formuladas as agendas governamentais e a influência dos estudos avaliativos sobre esse processo – Blog Plan Eval. Disponível em: <<https://www.plan-eval.com/blog/?p=1024>>. Acesso em: 30 de abril de 2023.

SKOVSMOSE, O. (2014). **Um convite à Educação Matemática Crítica**. Campinas: Papirus

SOUSA, R. D. A.; LOBÃO, M. S. P.; FREITAS, R. G. D. A. **EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: CONSTRUINDO UM CURRÍCULO TRANSVERSAL COM BASE EM TEMAS GERADORES**. Educação em Revista, v. 38, 10 jun. 2022.

SOUZA, C. (2006). **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. *Sociologias*, 8 (16), 20-45. doi: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>

SILVA, J. DE S. **A aprendizagem das crianças dos anos iniciais com relação ao uso de representações semióticas no campo aditivo.** Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/3478>>. Acesso em: 03 de maio.2023.

SILA,T.C; PEREIRA, W.A. **Educação financeira para alunos do ensino médio em Macapá-PA.** Macapá: unifap 2015.

SILVA NETO, Arnaldo Oliveira da. **Um estudo da sustentabilidade financeira de pequenos municípios paraibanos.** 2019. 33f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.

SILVA, C.C., Rodrigues, M. P. S., Moura, J. A., & Castro, W. A. (2019). **Financial Education: A study involving the students of a higher education institution of the city Divinópolis in Minas Gerais.** Res., Soc. Dev. 8 (8). | doi: 10.33448/rsd-v8i8.1177

TEIXEIRA, C. **Educação e desenvolvimento sustentável na Agenda 21 brasileira.** Inter-Ação: Rev.Fac. Educ. UFG, 33 (1), p. 31-48, jan-jun. 2008.

TEIXEIRA, J. **Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e Matemática Financeira.** repositorio.pucsp.br, 12 mar. 2015.

TOZETTO, V. **Educação financeira no ensino médio: uma abordagem por meio da análise de produtos financeiros com ênfase em consórcios.** 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

LELLIS, I. L.; MAGALHÃES, C. M. C.; LEITE, I. D. L. **O significado da mesada para pais de crianças e adolescentes.** Gerais : Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 4, n. 1, p. 12–25, 1 jun. 2011.

VARGAS, P. R. R. **Um estudo sobre educação financeira e instituição escolar.** 2012. 121 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

VIEIRA, G *et al.* ENEF: Um estudo dos livros de educação financeira dos anos finais do ensino fundamental. EM TEIA- **Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana-** Vol. 12 – número 1- 2021.

VILLELA, D. G. **A Educação Financeira nas Escolas.** Rio de Janeiro, 2019. Número de páginas 54p. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Administração. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Wikipedia, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cai%C3%A7ara_\(Para%C3%ADba\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cai%C3%A7ara_(Para%C3%ADba)).

ANEXO – DECRETO QUE INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 7.397, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores.

Art. 2º A ENEF será implementada em conformidade com as seguintes diretrizes:

- I - atuação permanente e em âmbito nacional;
- II - gratuidade das ações de educação financeira;
- III - prevalência do interesse público;
- IV - atuação por meio de informação, formação e orientação;
- V - centralização da gestão e descentralização da execução das atividades;
- VI - formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; e
- VII - avaliação e revisão periódicas e permanentes.

Art. 3º Com o objetivo de definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF, é instituído, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Comitê Nacional de Educação Financeira - CONEF, cuja composição compreenderá:

- I - um Diretor do Banco Central do Brasil;
- II - o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários;
- III - o Diretor-Superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar;
- IV - o Superintendente da Superintendência de Seguros Privados;
- V - o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda;
- VI - o Secretário-Executivo do Ministério da Educação;
- VII - o Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social;
- VIII - o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça; e
- IX - quatro representantes da sociedade civil, na forma do § 2º.

§ 1º Os representantes de que tratam os incisos I a VIII, bem como seus suplentes, serão indicados pelos seus respectivos órgãos e entidades, no prazo de quinze dias contados da publicação deste Decreto.

§ 2º Os representantes de que trata o inciso IX, bem como seus suplentes, serão indicados nos termos estabelecidos pelo regimento interno do CONEF.

§ 3º Os representantes indicados na forma dos §§ 1º e 2º serão designados em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 4º O CONEF será presidido, a cada período de seis meses, em regime de rodízio e na ordem a seguir, pelo representante do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, da Superintendência de Seguros Privados e do Ministério da Fazenda.

§ 5º O Banco Central do Brasil exercerá a secretaria-executiva do CONEF, prestando o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos objetivos do Comitê.

§ 6º O CONEF poderá criar grupos de trabalho, por prazo determinado, destinados ao exame de assuntos específicos, bem como comissões permanentes, de atividades especializadas, para dar-lhe suporte técnico, integrados por representantes dos órgãos e entidades que dele participam.

§ 7º O CONEF poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicas e de organizações da sociedade civil para participar e colaborar com a consecução de seus objetivos, na forma do seu regimento interno.

Art. 4º Ao CONEF compete:

I - promover a ENEF, observada a finalidade estabelecida no art. 1º, por meio da elaboração de planos, programas e ações; e

II - estabelecer metas para o planejamento, financiamento, execução, avaliação e revisão da ENEF.

Parágrafo único. Caberá aos membros do CONEF elencados nos incisos I a VIII do art. 3º aprovar, por maioria simples, seu regimento interno.

Art. 5º Para assessorar o CONEF quanto aos aspectos pedagógicos relacionados com a educação financeira e previdenciária, é instituído, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Grupo de Apoio Pedagógico - GAP, que terá em sua composição um representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades:

I - Ministério da Educação, que o presidirá;

II - Banco Central do Brasil;

III - Comissão de Valores Mobiliários;

IV - Ministério da Fazenda;

V - Superintendência de Seguros Privados;

VI - Superintendência Nacional de Previdência Complementar;

VII - Conselho Nacional de Educação; e

VIII - instituições federais de ensino indicadas pelo Ministério da Educação, até o limite de cinco, no máximo de uma por região geográfica do País.

§ 1º O Conselho Nacional de Secretários de Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação serão convidados a integrar o GAP.

§ 2º O Ministério da Educação exercerá a secretaria-executiva do GAP, ao qual prestará o apoio administrativo necessário.

§ 3º Os órgãos e entidades representados no GAP deverão, em até quinze dias após a designação dos membros do CONEF, indicar os seus representantes e respectivos suplentes ao presidente do Comitê, a quem competirá designá-los.

§ 4º O GAP poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicas e de organizações da sociedade civil para participar de suas reuniões, na forma do seu regimento interno.

§ 5º A primeira reunião do GAP será convocada pelo presidente do CONEF.

§ 6º O GAP aprovará o seu regimento interno por maioria simples, presentes pelo menos metade mais um dos seus membros.

Art. 6º A participação no CONEF e no GAP é considerada serviço público relevante e não enseja remuneração.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto
Guido Mantega,
Fernando Haddad
Carlos Eduardo Gabas
Henrique de Campos Meirelles

APÊNDICE

Questionário Aluno:

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - EAD

PESQUISA – IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO ENSINO BÁSICO DA ESCOLA EMEF JOÃO ALVES DE CARVALHO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a),

Estamos realizando uma pesquisa oriunda da disciplina de Conclusão de Curso. As informações aqui obtidas serão utilizadas com finalidades exclusivamente acadêmicas. A sua participação é voluntária, desde já agradecemos sua disposição em nos ajudar.

Caso necessite de maiores informações sobre a pesquisa, favor entrar em contato com a Profa. Dra. Carla Calixto da Silva pelo e-mail: carla.silva@academico.ufpb.br .

AUTORIZAÇÃO

Após ter sido informado (a) sobre a finalidade e os procedimentos das atividades do projeto aceito participar como respondente do questionário e libero o uso das informações em nível acadêmico decorrentes do presente estudo em eventos científicos como forma de relato e experiência. Ciente dessas informações, você aceita participar dessa pesquisa?

() SIM () NÃO

PERFIL SOCIOECONÔMICO

Idade: anos.

Gênero: () Masculino () Feminino () Outro:

Em que série estuda: () 1º série () 2º série () 3º série

Qual o tipo de escola que você frequentou a maior parte de sua vida escolar?

() Apenas em escola pública

() Apenas em escola privada

() Escola pública e privada, com maior parte em escola pública

() Escola pública e privada, com maior parte em escola privada.

Quantas pessoas residem em sua casa?

() 1 pessoa () 2 pessoas () 3 pessoas () Mais de 4 pessoas.

Qual é a renda de sua família?

() Menos de 1 salário mínimo () 1 salário mínimo () 2 salários mínimo

() 3 salários mínimo () Mais de 3 salários.

Qual é o grau de escolaridade de seu pai?

() Ensino fundamental

() Ensino Médio

() Ensino Fundamental incompleto

- ☐ Ensino Médio incompleto
- ☐ Ensino Superior
- ☐ Ensino Superior Incompleto
- ☐ Outros: .

Qual é o grau de escolaridade de sua mãe?

- ☐ Ensino fundamental
- ☐ Ensino Médio
- ☐ Ensino Fundamental incompleto
- ☐ Ensino Médio incompleto
- ☐ Ensino Superior
- ☐ Ensino Superior Incompleto
- ☐ Outros: .

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira pessoal é compreendida como uma importante ferramenta que auxilia as pessoas a administrarem melhor seus rendimentos financeiros.

Em sua opinião, obter informações voltadas à educação financeira pessoal é:

- ☐ Muito importante
- ☐ Importante
- ☐ Indiferente
- ☐ Pouco importante
- ☐ Sem importância.

02) Sobre a educação financeira considere uma escala de 1 (um) a 10 (dez), sendo 1 (um) para discordo totalmente e 10 (dez) para concordância totalmente, atribua uma nota as seguintes perguntas:

NOTA

01.1 Você possui algum conhecimento sobre educação financeira?

01.2 Você percebe alguma ação de educação financeira hoje na sociedade?

01.3 Você considera importante aprender sobre a educação financeira no ensino médio?

01.4 Você considera relevante o ensino de educação financeira para a formação do cidadão?

01.5 Você já teve algum contato sobre educação financeira nas aulas?

01.6 A educação financeira ensinada na escola teria uma maior influência na sua vida?

01.7 Você leva para a sua família (casa) os conhecimentos sobre educação financeira vistos em sala de aula?

01.8 Na sua escola existe alguma política educacional voltada a educação financeira?

Em qual (quais) disciplina(s) você aprende sobre educação financeira?

- ☐ Matemática
- ☐ História
- ☐ Geografia
- ☐ Inglês
- ☐ Empreendedorismo e negócios
- ☐ Educação Financeira
- ☐ Nenhuma
- ☐ Outros: .

Em sua opinião , quem deveria ser o responsável pela orientação financeira dos jovens?

- ☐ Família
- ☐ Escola
- ☐ Internet
- ☐ Você mesmo
- ☐ Escola e família
- ☐ Jornais.

Quais dos itens abaixo você teve conhecimento na escola:

- ☐ Consumo planejado
- ☐ Juros
- ☐ Poupança
- ☐ Inflação
- ☐ Empréstimos pessoais
- ☐ Financiamento
- ☐ Bolsa de Valores
- ☐ Aposentadoria
- ☐ Empreendedorismo
- ☐ Nunca tive esse tipo de conhecimento
- ☐ Outros:

Com os seus conhecimentos adquiridos, você se sente capaz de tomar decisões sobre quais assuntos abaixo:

- ☐ Consumo planejado
- ☐ Juros
- ☐ Poupança
- ☐ Inflação
- ☐ Empréstimos pessoais
- ☐ Financiamento
- ☐ Bolsa de Valores
- ☐ Aposentadoria

- ☐ Empreendedorismo
- ☐ Nunca tive esse tipo de conhecimento
- ☐ Outros:

FINANÇAS PESSOAIS

Você possui alguma atividade remunerada?

- ☐ Sim ☐ Não

Você recebe mesada?

- ☐ Sim ☐ Não

Você sabe o que é um planejamento financeiro?

- ☐ Sim ☐ Não

Você costuma ler sobre finanças pessoais?

- ☐ Sempre ☐ Frequentemente ☐ Às vezes ☐ Raramente ☐ Nunca.

Sobre finanças pessoais, você:

- ☐ Já conversou sobre com familiares
- ☐ Já pesquisou na internet
- ☐ Já participou de cursos sobre o assunto
- ☐ Já assistiu a programa(s) de televisão
- ☐ Já assistiu palestra(s)
- ☐ Nunca participou de nada
- ☐ Outros:

Seu conhecimento de finanças pode ser considerado:

- ☐ Alto ☐ Bom ☐ Razoável ☐ Baixo ☐ Insuficiente.

Sobre os hábitos financeiros, qual dos itens abaixo você mais realiza:

- ☐ Planeja as finanças para o futuro
- ☐ Investe seu dinheiro
- ☐ Tem poupança
- ☐ Controla o dinheiro que recebe em aplicativos, planilha eletrônica (Excel), agenda ou caderno
- ☐ Gasta todos os seus rendimentos
- ☐ Outros: .

Carlos e João desejam comprar uma moto que custa 15.000,00 reais e ambos possuem o mesmo salário. Diante da situação abaixo, quem pagou mais na aquisição da moto?

- ☐ Carlos que decidiu financiar o valor da moto em 24 meses.
- ☐ A de João que decidiu poupar e só comprar a moto, à vista, daqui a 16 meses.
- ☐ Não sei responder.

Suponha, agora, que você tenha que tomar a mesma decisão qual você escolheria?

- ☐ A de Carlos que decidiu financiar o valor da moto em 24 meses.
- ☐ A de João que decidiu poupar e só comprar a moto, à vista, daqui a 16 meses.
- ☐ Não sei responder.

APÊNDICE 2

Questionário Professor/Gestor

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - EAD
PESQUISA – IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO ENSINO BÁSICO DA ESCOLA EMEF JOÃO ALVES DE CARVALHO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a),

Estamos realizando uma pesquisa oriunda da disciplina de Conclusão de Curso. As informações aqui obtidas serão utilizadas com finalidades exclusivamente acadêmicas. A sua participação é voluntária, desde já agradecemos sua disposição em nos ajudar.

Caso necessite de maiores informações sobre a pesquisa, favor entrar em contato com a Profa. Dra. Carla Calixto da Silva pelo e-mail: carla.silva@academico.ufpb.br .

AUTORIZAÇÃO

Após ter sido informado (a) sobre a finalidade e os procedimentos das atividades do projeto aceito participar como respondente do questionário e libero o uso das informações em nível acadêmico decorrentes do presente estudo em eventos científicos como forma de relato e experiência. Ciente dessas informações, você aceita participar dessa pesquisa?

() SIM () NÃO

PARTE 1: PERFIL SOCIOECONÔMICO

Qual seu gênero?

() Feminino () Masculino () Outro: _____

Idade:

() 18-23 anos () 24-29 anos () 30-35 anos
 () 36-41 anos () 42-47 anos () 50 a mais.

Possui filhos?

() Sim. Quantos? _____ () Não

Qual o seu estado civil?

() Solteiro(a) () Casado(a) () Divorciado (a)
 () Viúvo(a) () Outro

Escolaridade:

() ensino fundamental incompleto () ensino fundamental completo
 () ensino médio completo () ensino médio incompleto () curso técnico
 () ensino superior completo () Especialização () Mestrado () Doutorado

☐ Pós-doutorado

Renda Individual:

- ☐ sem renda
☐ Até 1 Salário mínimo (R\$0,00 até R\$ 1.100,00)
☐ 1 a 3 Salários mínimos ((R\$ 1.100,00até R\$ 3.300,00)
☐ 3 a 5 Salários mínimos (R\$ 3.300 a R\$ 5.500,00)
☐ 5 a 10 Salário mínimo (R\$ 5.500 a 11.000,00)
☐ 10 a 15 Salário mínimo (R\$ 11.000,00 a R\$ 16.500,00)
☐ 15 a 20 Salário mínimo (R\$ 16.500,00 a R\$ 22.000,00)

Renda Familiar:

- ☐ sem renda
☐ Até 1 Salário mínimo (R\$0,00 até R\$ 1.100,00)
☐ 1 a 3 Salários mínimos ((R\$ 1.100,00até R\$ 3.300,00) ☐
☐ 3 a 5 Salários mínimos (R\$ 3.300 a R\$ 5.500,00) ☐
☐ 5 a 10 Salário mínimo (R\$ 5.500 a 11.000,00) ☐
☐ 10 a 15 Salário mínimo (R\$ 11.000,00 a R\$ 16.500,00) ☐
☐ 15 a 20 Salário mínimo (R\$ 16.500,00 a R\$ 22.000,00)

Situação do respondente na estrutura familiar:

- ☐ chefe de família ☐ cônjuge ☐ filho/a ☐ independente ☐ outro

PARTE 2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

01.Há quanto tempo exerce a profissão de professor/Gestor escolar?

- ☐ Menos de 1 ano
☐ 1 a 3 anos
☐ 4 a 5 anos
☐ 6 a 10 anos
☐ Mais de 10 anos.

02. Qual o tipo de escola que você lecionou/trabalhou a maior parte de sua vida profissional?

- ☐ Apenas em escola pública
☐ Apenas em escola privada
☐ Escola pública e privada, com maior parte em escola pública
☐ Escola pública e privada, com maior parte em escola privada.

03. Área de formação

- ☐ Exatas (Curso de: __)
☐ Ciências Sociais (Curso de:)
☐ Humanas (Curso de:)
☐ Biológicas (Curso de:)
☐ Outras (Curso de:)

04.Modalidade de contratação

- ☐ Designação Temporária (DT)
☐ Efetivo

PARTE 3. QUESTIONÁRIO AO SETOR DE PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

01.Quantos alunos, das turmas no ensino básico, há na escola? _____

02.Qual(is) é(são) o(os) turno(os) que possui(em) alunos do ensino médio?

☐ Matutino

☐ Vespertino ☐ Noturno

☐ Todas acima

03.Quais são as disciplinas ofertadas na grade curricular do Ensino básico?

☐ Matemática ☐ Química ☐ Português ☐ Física

☐ Biologia ☐ Filosofia

☐ Sociologia ☐ Inglês/Espanhol ☐ Educação Física ☐ Artes

☐ Geografia ☐ Todas acima

☐ Outra(s):

04.Quantos professores de ensino básico há na escola? _____

05.A escola possui conhecimentos sobre a Base Nacional Comum Curricular?

☐ Sim ☐ Não

06.A escola possui conhecimentos sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)?

☐ Sim ☐ Não

07.A escola entende que os estudos relacionados à Educação Financeira são necessários para a formação de cidadãos sensatos e seguros sobre suas finanças?

☐ Sim ☐ Não

08.A escola entende que ela possui papel fundamental para a formação de uma sociedade consciente e crítica?

☐ Sim ☐ Não

09.No texto introdutório relacionado à BNCC, é levado aos docentes, de forma clara e objetiva, a orientação de que sejam abordados conceitos e conteúdos básicos relacionados à Educação Financeira e à Matemática Financeira, de forma paralela aos conteúdos já dados em sala de aula. Diante disso, a escola possui um plano pedagógico para tratar sobre esses assuntos?

☐ Sim ☐ Não

10.Caso a resposta anterior tenha sido positiva. O que consta sobre a Educação Financeira no plano pedagógico do ensino básico?

11.Considerando a possibilidade de inserir na matriz curricular do ensino básico uma disciplina específica de Educação Financeira (lições para a vida, de como gerir seu próprio dinheiro). Você considera:

☐ Muito importante

- ☐ Importante
- ☐ Pouca importância
- ☐ Nenhuma importância

PARTE 4. AÇÕES E ESTRATÉGIAS NAS DISCIPLINAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

01. Você já realizou cursos voltados para a Educação Financeira?

- ☐ Sim ☐ Não

02. Que grau de importância você atribui para a Educação Financeira no Ensino básico?

- ☐ Muito importante ☐ Média importância ☐ Pouca importância
☐ Nenhuma importância

03. Como você se sente a respeito sobre seus conhecimentos relacionados à Educação Financeira?

- ☐ Nada seguro ☐ Seguro
☐ Pouco seguro ☐ Muito seguro

04. Sua disciplina realiza aplicação da Educação Financeira como um eixo transversal?

- ☐ Sim ☐ Não

05. Responda apenas se a resposta anterior tenha sido positiva. De que forma sua disciplina trabalha a Educação Financeira?

Muito obrigado por sua participação.